

## Introdução

A ideia desta colectânea tem a sua origem nos frequentes diálogos críticos entre as coordenadoras sobre a questão do género no estudo da diáspora cabo-verdiana. Nas últimas décadas o género tornou-se uma categoria transversal às várias disciplinas das ciências sociais e humanas, como indica a grande produção literária sobre o tema. Neste panorama geral de grande interesse académico e político sobre a utilidade desta categoria de análise, considerámos importante reunir numa obra colectiva textos que a utilizam em diferentes terrenos da diáspora cabo-verdiana. A necessidade de reunir textos sobre Cabo Verde, as migrações e o género justifica-se com a importância que a cultura da sociedade cabo-verdiana, crioula e multicultural desde a sua formação, pode ter na compreensão dos lugares multiculturais que caracterizam a sociedade contemporânea, e além disso preenche um vazio etnográfico sobre esta matéria, que se apresenta plena de complexidade, pela grande movimentação de cabo-verdianos em todo o Mundo. A pertinência do género na compreensão da cultura cabo-verdiana prende-se grandemente com a posição que a mulher assume na estrutura familiar daquela sociedade, que lhe atribui a responsabilidade para o sustento e a reprodução do agregado. As mulheres emigrantes de origem cabo-verdiana levam assim consigo esta responsabilidade, com a qual se auto-identificam e que estrutura as relações sociais nos contextos de acolhimento.

As dinâmicas que resultam do encontro das culturas mudam quando se muda de lugar de observação do fenómeno, e a comparação entre os diferentes terrenos de estudo envolvidos poderá proporcionar uma melhor compreensão e esclarecer os processos sociais, quer no país de origem da diáspora, quer nos contextos de acolhimento.

Apesar das diferentes áreas disciplinares aqui representadas (Psicologia Social, História, Economia, Antropologia, Sociologia), os autores desta colectânea responderam ao desafio de circular pelas próprias posições identitárias de forma a não as considerar um problema, mas uma condição de partida para a melhor compreensão do objecto de estudo comum. É neste sentido que a colectânea quer aludir à riqueza do diálogo multidisciplinar na análise do género e das migrações cabo-verdianas.

As coordenadoras partilham também um percurso pessoal e profissional multi-situado e multicultural que passa presentemente por as duas serem imigrantes em Portugal há vários anos e trabalharem como investigadoras na academia deste país.

A categoria analítica de género é uma categoria transversal a todas as sociedades que diz respeito às dinâmicas socialmente construídas que veiculam as diferenças entre homens e mulheres na distribuição dos rendimentos e no acesso aos recursos e aos direitos de cidadania. O termo «género» aparece nas ciências sociais como conceito para defender que, independentemente das diferenças biológicas, há muitas maneiras de construir diferenças sociais. As diferenças entre homens e mulheres são uma construção social, e as variáveis culturais que encontramos nos desempenhos quotidianos dos papéis masculinos e femininos não resultam de uma inevitabilidade biológica, mas de opções sociais, conjunturais e culturais. Estas criam e legitimam ideias de comportamento especificamente feminino e masculino que estão relacionadas com o estatuto social de cada um destes agentes, estando na base de relações estruturais de desigualdade entre homens e mulheres que se manifestam tanto no mercado de trabalho como nas estruturas políticas ou no interior da família. Tais desigualdades são, frequentemente, reforçadas pelas leis, pelos costumes e pelas políticas de desenvolvimento, e, uma vez que o género pode ser encarado como uma estrutura interpretativa das relações entre indivíduos que muda segundo os modos de vida e de organização social da época moderna, tratando-se dos contextos migratórios de acolhimento, as desigualdades devem ser tomadas em conta no âmbito da legislação que regulamenta o movimento de pessoas e mercadorias.

No âmbito da literatura do desenvolvimento, a atenção ao género nasce na década 1976-1985, declarada pelas Nações Unidas como a *United Nations Decade for Women*. A investigação académica ressaltou, então, especialmente o papel reprodutivo da mulher e as dificuldades de o conciliar com actividades ligadas ao mercado. Os estudos WID (*women in development*)<sup>1</sup>, que marcam o início

---

<sup>1</sup> A abordagem das mulheres no desenvolvimento (WID) é a primeira corrente que emerge na literatura e constitui uma aplicação da teoria da modernização. Trata-se a marginalização das mulheres durante o desenvolvimento como um equívoco que pode ser resolvido com uma melhor in-

da década e quase exclusivamente estudam as mulheres enquanto grupo vulnerável (Boserup, 1970; Tinker e Jaquette, 1987; Maguire, 1984), evoluem na década de 80 para a abordagem GAD (*gender and development*)<sup>2</sup>, salientando o diferente impacto das políticas de desenvolvimento nos homens e nas mulheres, sendo a mulher percebida exclusivamente na sua relação com o homem (Oakley, 1972; Rubin, 1975). De acordo com esta perspectiva, as mulheres são vistas como uma categoria social construída com base nas diferenças de género, as quais são ideológicas, culturais, étnicas, económicas e específicas em termos de tempo e espaço (cf. Whitehead, 1979).

Só muito recentemente a abordagem do género e desenvolvimento inclui uma abordagem reflexiva sobre masculinidade e feminilidade (Carling, 2005: 3). Entretanto, a reflexão académica que trata desta questão procura fazê-lo de acordo com os paradigmas próprios de cada uma das disciplinas que se debruça sobre o tema.

No âmbito do paradigma feminista dominante da década de 60, o determinismo biológico é deixado de lado e, com referência ao género, o foco dirige-se para os aspectos sociais, evidenciados, em particular, pelos estudos sobre contextos de vida de agregados familiares ou, no caso dos estudos das migrações, pelas análises sobre o fenómeno do reagrupamento familiar. Na literatura feminista, é de recordar a obra de Gayle Rubin (1975) que, de forma original, demonstra a existência de uma economia do sexo e do género, ao realçar que o modo como se estruturam as relações de parentesco em cada sociedade constitui o âmbito da re-

---

serção das mulheres na economia de mercado (cf. Boserup, 1970; Rogers, 1980). A seguir esta perspectiva, as tendências de género reflectem normas e valores que não seriam agora funcionais para a sociedade, o que a leva a preferir um maior investimento no capital humano das mulheres. Esta corrente enfatiza os grandes ganhos que resultam da redução da discriminação entre sexos. A posição das mulheres nos países industrializados, como os EUA, é tomada como modelo para as mulheres dos países subdesenvolvidos. A abordagem WID, com os seus «ganhos para todos» em termos de eficiência é, em particular, a mais atraente para os políticos e as instituições multilaterais.

<sup>2</sup> A abordagem do género e desenvolvimento (GAD) é menos optimista. Enfatiza o carácter estrutural e persistente das desigualdades entre homens e mulheres (cf. Beneria e Sen, 1981; Sen e Grown, 1987; Kabeer, 1994). Acredita-se que incorporar, simplesmente, as mulheres no processo de desenvolvimento não vai melhorar o seu bem-estar, pois é o processo em si que tem de ser modificado. Esta modificação encontra resistências por parte dos homens porque impõe uma redistribuição dos rendimentos ao longo de linhas de género que não pode ser completamente compensada por ganhos na eficiência global. A posição das mulheres nos países industrializados não constitui um modelo porque fica desfavorecida, em particular, no que diz respeito à distribuição dos custos das crianças (cf. Folbre, 1994:147).

produção de formas concretas de sexualidade organizada. Do mesmo modo, a autora esclarece como as categorias de género garantem o tipo de casamento que estrutura (e contribui para) a reprodução da sociedade capitalista.

O conceito de reprodução — fundamental no debate entre o marxismo e o feminismo — leva à produção de numerosos artigos, nos finais dos anos 70, que defendem a tese da correspondência entre o tipo de produção capitalista de uma sociedade e o tipo de reprodução, necessariamente capitalista, que é engendrada. Entre estes trabalhos, merece destaque o de Whitehead (1979) sobre a divisão sexual do trabalho dentro do agregado familiar.

De facto, a emergência da *questão feminina* nos anos 60 nos EUA acontece num ambiente científico dominado pela influência do funcionalismo (cf. Parsons, 1956), do culturalismo (cf. Mead, 1949, 1963) e da psicanálise, que ambas as correntes integraram. Por seu lado, na sociologia promove-se o estudo da dinâmica socialmente construída das relações entre homens e mulheres a todos os níveis da sociedade: político, social, económico, cultural e doméstico. Como refere Lúcia Amâncio, segundo a socióloga Ann Oakley, o termo género, no seu significado original, servia o objectivo claro de melhor entender a própria identidade e a dos outros (Oakley, 1997:53, citado em Amâncio, 1999:6).

Se, por um lado, o conceito de género (assim como os de desenvolvimento, etnia, classe...) é um conceito transversal que se situa no espaço de intersecção entre o científico e o político (cf. Coquery Vidrovitch, 1997), por outro lado, a sua abordagem permite analisar as estruturas políticas, psicológicas, económicas e socioculturais que constituem a complexidade social (Grassi, 2003: 72), como é proposto nesta colectânea sobre as migrações cabo-verdianas nos seus diversos contextos.

Os estudos sobre migrações também reflectem a evolução histórica do conceito de género ligado ao desenvolvimento e, na teoria clássica das migrações, o mesmo ponto de partida das abordagens, que se traduz na concepção das mulheres como acompanhantes e dependentes dos homens e não como sujeitos activos. Apesar da compreensão empírica da especificidade da migração feminina por questões de trabalho, na maioria das vezes, do ponto de vista conceptual permanece a ligação da mulher como sujeito que segue os comportamentos do homem (Carling, 2005:4). É durante a década de 1976-1985 que surgem os primeiros estudos sobre a mulher migrante como sujeito visível autónomo do homem (Morokvasic, 1984) e sobre os fluxos migratórios de mulheres (Kofman, 1999; Mahler, 1999), embora se debrucem, especificamente, sobre estudos de caso, como um assunto maioritariamente de mulheres, aos quais não corresponde, ainda,

uma conceptualização da questão migratória feminina (Carling, 2005:4). Neste sentido, é de sublinhar a existência de trabalhos como o de Leeds (1976), que tinha sido marginalizado por ser redutor ao tratar exclusivamente de mulheres migrantes (Donato *et al.*, 2006:10).

Por outro lado, a primeira análise de género consistente parece surgir na literatura sobre migrações em 1992, na introdução do livro *Gender and Migration*, de Sylvia Chant e Sarah Radcliffe, onde as autoras apontam que até então os estudos sobre mulheres e migrações se limitavam a estabelecer as diferenças numéricas entre os sexos nos fluxos migratórios sem analisar substantivamente as diferenças em termos do género. Outros autores, como Donato, Gabaccia, Holdaway, Malanansan, Pessar (2006:14), concordam em que a explosão do interesse da questão do género no âmbito das várias disciplinas que se debruçam sobre o tema das migrações não pode ser atribuído, como muitas vezes acontece, nem à emergência da corrente filosófica pós-moderna, nos finais da década de 80, nem sequer à emergência das teorias pós-coloniais, nomeadamente onde estas últimas são acusadas de reduzir os processos sociais a uma mera questão de semiótica (Parry, 1994:12; Abrahamsen, 2003:192). De acordo com os autores supracitados, foi no interior das suas próprias disciplinas que os cientistas sociais inseriram o género como uma estratégia intelectual para superar a marginalização da percepção do trabalho da mulher na sociedade, tal como aparece nos trabalhos reunidos no número especial do *International Migration Review* (IMR) de 1984, organizado por Mirjana Morokvasic.

Mais recentemente, alguns autores reuniram num número especial desta mesma revista uma série de trabalhos sobre o género e as migrações que constituem exemplos da existência de um espaço pluridisciplinar, onde é possível cruzar as diferentes sensibilidades de cada disciplina sobre este tema, e tornar visível um lugar de análise poderoso para a criatividade científica e teórica (Donato *et al.*, 2006: 14). Para estes autores, as fronteiras disciplinares não desaparecem em presença de um espaço pluridisciplinar, assim como não desaparecem as amplas variações na prática e na aceitação da análise transversal do género que respeitam as suas especificidades epistemológicas, teóricas e metodológicas (Donato *et al.*, 2006: 15).

É o que sugere também a presente colectânea, onde esta categoria de análise permite, entre outras dimensões, tornar mais visíveis os lugares de exploração que se alicerçam na necessidade de protecção relacionada com o género nas sociedades de destino. Ao mesmo tempo, ao utilizar o género na análise das migrações cabo-verdianas, os autores tratam da sobreposição de novas e antigas subjectividades que marcam a migração contemporânea, em que esta categoria de análise

faz ressaltar as profundas mudanças das representações do ideal migratório cabo-verdiano e dos espaços em que homens e mulheres convivem, dividem tarefas, competem e contribuem para as decisões sobre o destino das sociedades em que participam.

Nesta colectânea, o eixo que sustenta o género como categoria de análise das migrações cabo-verdianas é desdobrado nas suas implicações políticas, sociais, económicas, psicológicas e históricas, e passa a ser considerado como pedra fundamental para a re-significação das ciências sociais e humanas que tratam da migração e da sociedade cabo-verdiana. Reorienta, em primeiro lugar, as questões de poder implicadas no processo migratório, dominadas pelas suas vertentes hegemónicas que, sobre esta migração, se baseiam, maioritariamente, em conceitos universalizantes e masculinizados dos sujeitos sociais.

Com esta colectânea, confirma-se que a percepção desta problemática necessita de evoluir de um desconhecimento sobre o género para o reconhecimento do potencial das diferenças de género na experiência migratória cabo-verdiana, como parte da experiência humana em geral. Considera-se esta abordagem das migrações cabo-verdianas um passo importante no aprofundamento da análise que, em relação à sociedade cabo-verdiana, em geral, se proponha esclarecer «como, quando e porque faz diferença ser homem ou mulher» (Eckes e Trautner, 2000:10).

A ênfase que grande parte da produção científica atribui à categoria *género* procura evidenciar que uma boa parte dos esforços consiste em tornar visíveis os agentes sociais que, com a sua existência, produzem a migração, para além dos determinismos das estruturas sociais e dos conceitos universalizantes que os costumam definir. Admite-se, assim, a grande complexidade da migração cabo-verdiana nas suas causas e efeitos, nas tensões, cumplicidades e conflitos que se manifestam como formas de viver o intrincado jogo da existência social. E, tal como em relação a outros campos sociais, a inserção da problemática do género no estudo da migração introduz um elemento mais na compreensão das lutas simbólicas que os diferentes participantes da experiência migratória empreendem para estabelecer o monopólio do tipo de capital que o campo migratório produz. Ao referirem as experiências específicas de homens e de mulheres migrantes ou os reflexos da sua migração, os autores analisam aqui aspectos importantes das definições e categorizações sociais dominantes que marcam as posições sociais das pessoas no campo da migração e em relação ao capital que este campo produz e distribui no tempo e no espaço (Bourdieu, 1989; Rodrigues, 1980).

O género constitui-se também numa categoria de percepção e apreciação essencial das pessoas em relação à sua migração, um princípio da autodetermina-

ção dos agentes sociais que, ao mesmo tempo, é determinado pelas condições objectivas dos contextos económicos e sociais de acolhimento. Deve-se, portanto, sublinhar que, na constituição da valorização e do prestígio social da migração cabo-verdiana, impõe-se o arbitrário cultural e, por conseguinte, a análise deve estar situada numa direcção diametralmente contrária a uma suposta essência natural e imanente que estabeleceria o tipo e os resultados da migração feminina ou masculina. Cientes da distância a que se encontram em relação às definições inatas e naturalizadas atribuídas às diferenças de género, os autores têm, como ponto de partida comum, a noção de que tais diferenças são socializadas, em primeiro lugar, no interior das relações sociais que, por fim, constituem os contextos em que as migrações têm origem e se desenrolam. A partir de reconstruções etnográficas, os autores confirmam a preocupação comum em orientar a produção académica para a visão do género muito mais como uma construção que se materializa nos encontros e embates sociais (Eckes e Trautner, 2000, *apud* Suarez-Orozco e Qin, 2006).

O destaque que diferentes experiências das mulheres com a migração recebem nesta colectânea confirma a dinâmica de importantes e actuais referenciais teóricos feministas que recusam aprisionar, essencializar ou manter invisível o seu objecto. Ao contrário, procuram recriar esse objecto, apresentando novos desafios advindos do compromisso da não sacralização de conceitos e categorias que, na produção científica, possam manter-se a favor da reprodução de pressupostos epistemológicos que sustentem a mera substituição de um objecto (os sujeitos homens) por outro (os sujeitos mulheres) igualmente dominante e hegemónico.

Nas diferentes disciplinas, as formas de trabalhar o género reflectem, maioritariamente, duas posições epistemológicas distintas, verificando-se, ainda, o predomínio da posição que, tomando o género como categoria dicotómica (homem/mulher), se inclui, facilmente, nos modelos quantitativos experimentados pelas várias disciplinas. Ao contrário, os textos aqui apresentados reflectem a posição que sublinha a qualidade do género como estrutura interpretativa da sociedade e constata o seu carácter situacional e relacional, «à semelhança de variáveis como “raça” e classe» (Donato *et al.*, 2006). Os autores aqui reunidos concordam em que, como variável social, o género emerge como objecto de estudo com o recurso aos métodos qualitativos e, deste modo, confirmam esta metodologia como um lugar comum de trabalho.

Os textos que se apresentam nesta colectânea referem um conjunto de práticas migratórias femininas recentes em países da Europa do Sul como a Espanha (Luzia Oca González) e a Itália (Iolanda Évora), mas também em países não europeus como os EUA (Isabel Fêo Rodrigues) ou São Tomé e Príncipe (Augusto Nascimento). Outros analisam o fenómeno em Cabo Verde, na ilha de Santo Antão

(Martina Giuffrè) e na ilha da Boa Vista (Andréa Souza Lobo), e outros ainda analisam fenómenos transnacionais específicos como a música (JoAnne Hoffman) e as redes de comércio informal em vários contextos de acolhimento (Marzia Grassi).

A colectânea introduz uma especificidade, reunindo textos que tratam, por um lado, das condições sociais que engendraram a emigração cabo-verdiana como tal, as transformações que estas mesmas condições sofreram e, correlativamente, as transformações da emigração, com particular destaque para as condições da emigração feminina. Ao mesmo tempo, os estudos discutem as condições de existência na imigração, não apenas os diferentes problemas sociais que foram constituídos como «problemas da imigração», mas os processos pelos quais o imigrante sai desta esfera que o restringe para ser apresentado como agente social principal da produção cultural (na música, no texto de JoAnne Hoffman), económica (nas redes transnacionais de comércio informal de Marzia Grassi), dos afectos e da intimidade (na relação mãe/filho de Isabel Fêo Rodrigues e Andréa Souza Lobo), das repercussões da emigração feminina na organização familiar na ilha da Boa Vista, e das relações sociais (entre mulheres que migram e as que ficam em Santo Antão), do significado do trabalho e do estatuto de emigrante nas suas localidades de origem (nas empregadas domésticas, no texto de Iolanda Évora), do fluxo migratório dos contratados para São Tomé (na emigração das mulheres, no texto de Augusto Nascimento) e das transformações da comunidade imigrante cabo-verdiana na Galiza (nas mudanças económicas no local de destino e no reagrupamento familiar de mulheres e crianças, no texto de Luzia Oca González).

Contrariamente à maioria dos trabalhos sobre Cabo Verde e a sua migração, os artigos aqui recolhidos tratam da emigração e dos reflexos da imigração na origem. Desta forma, colocam a questão epistemológica das migrações, pois o que chamamos de *imigração* em determinado lugar e sociedade é chamado de *emigração* noutra lugar e para outra sociedade (Sayad, 1998). Neste sentido, os textos reflectem o amadurecimento dos estudos sobre o movimento migratório cabo-verdiano. Ao discutirem sobre os reflexos da emigração na origem e os processos económicos e sociais que engendra, os textos trazem à discussão os factores objectivos e subjectivos que descrevem a migração cabo-verdiana, destacando a necessidade de aprofundar o quanto eles acabam por preservar e reproduzir o ideal masculino que governa as relações de género no arquipélago. Como veremos, a participação das mulheres no processo migratório torna incontestável a multiplicidade de papéis, visões, razões objectivas e *modos de estar* dentro e fora do arquipélago.